

A.W. FABER-CASTELL S.A.

CNPJ 59.596.908/0001-52 – NIRE 35.3.0005545.4

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA REALIZADAS AOS 23 DE JUNHO DE 2025.

Aos 23/06/2025, às 11 horas, nas dependências do espaço “The Palace Eventos”, situado à Rua Passeio das Castanheiras, nº 600, em São Carlos/SP, reuniram-se em Assembléias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas de **modo presencial**, os Srs. Acionistas da sociedade A.W. FABER-CASTELL S.A. (a “Cia.”), representando a maioria do capital social com direito a voto, conforme presenças registradas fisicamente, no livro de presença dos acionistas, devidamente convocados por Edital publicado no jornal Primeira Página, da cidade de São Carlos, em edições dos dias 11, 12 e 13/06/2025, às páginas C7, C7 e C7, respectivamente e de forma digital no sítio eletrônico da internet (<https://www.jornalpp.com.br>), nas mesmas datas, do mesmo jornal. Os acionistas declararam cumpridas as formalidades previstas no artigo 133, da Lei nº 6.404/76 (“LSA”) e se declararam instruídos e aptos a discutir e votar as matérias objeto da Ordem do Dia. Presentes para os fins do disposto no § 1º do art. 134 da LSA, os Srs. Marcelo Barreiros de Carvalho Tabacchi, Oliver Pascal Maier e Dirceu Luiz Guaglianoni Junior, administradores da Cia. e as Srs. Marília Hernandez Campos, inscrita no CRC: 1SP345366, representando a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Presentes, ainda, nos termos do art. 164 da LSA, os Srs. Ricardo Cohen e Kuno Dietmar Frank, Conselheiros Fiscais da Cia.. Consoante disposição estatutária, assumiu a Presidência da Assembleia o Sr. Marcelo Barreiros de Carvalho Tabacchi, que convidou a mim, Marinelson Cavallaro, para o secretariado. Constituída a mesa dirigente dos trabalhos, o Sr. Presidente apresentou o resultado do exercício encerrado em 31.03.2025, e, por fim, esgotou sucessivamente as matérias da Ordem do Dia constantes do Edital Convocatório, quais sejam: **Extraordinariamente: A)** Eleição dos membros do Conselho Consultivo e a fixação de suas remunerações; **B)** Aprovação da proposta da Diretoria de capitalização do saldo da Reserva Legal e de parte do saldo da conta de Reserva para Complemento do Capital de Giro (Reserva de Lucro) com o consequente aumento do Capital Social, sem emissão de novas ações e a aprovação da alteração do artigo 7º do Estatuto Social da Cia.; **C)** Aprovação da alteração da cláusula 2ª do “Contrato de Licença de Marcas”, firmado com a Faber-Castell AKTIENGESSELLSCHAFT; **D)** Consolidação do Estatuto Social; e **E)** Aprovação do pagamento de gratificação à diretoria estatutária referente ao exercício findo em 31.03.2025. **Ordinariamente: A)** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31.03.2025; **B)** Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; **C)** Eleição dos membros da Diretoria e a fixação de suas remunerações; **D)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal e a fixação de suas remunerações. Os Srs. Acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata em forma de sumário, conforme previsão do § 1º do art. 130 da LSA, tendo a Assembleia tomado as seguintes resoluções, por participação física e com votação presencial durante o conclave, na sequência da Ordem do Dia: **Extraordinariamente: A) 1)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas, da eleição dos membros do Conselho Consultivo: Sra. **Mary Elizabeth von Faber-Castell**, americana, empresária, portadora do Passaporte nº 530750673, residente e domiciliada em Stein, República Federal da Alemanha; Sr. **Stefan Ludwig Leitz**, alemão, casado, portador do Passaporte nº C1TY68V6M, com domicílio à Gosslers Park 15, 22587, na cidade de Hamburgo, República Federal da Alemanha; Sra. **Gabriela Baumgart**, brasileira, advogada, RG 13.128.375-3 e CPF 157.602.538-16, com endereço à Rua Tucumã, Nº 712, apto 171, Jardim Europa, em São Paulo/SP; Sr. **Simon Hauser**, alemão, casado, portador do Passaporte nº C3JTL4GW, com domicílio na cidade de Schwabach, República Federal da Alemanha; Sr. **Constantin Peter Neubeck**, alemão, casado, portador do Passaporte nº CGJ9XVNCN, com domicílio na República Federal da Alemanha; Sr. **Charles Alexander von Faber-Castell**, alemão, casado, portador do Passaporte nº CH1H8L789, com endereço profissional na cidade de Nürnberger Str. 2, 90546 Stein, na República Federal da Alemanha; Sr. **Charles Laganá Putz**, brasileiro, administrador, 6640582 SSP/SP e CPF 039.085.418-24, com endereço à Rua Dr. Antonio Batista Pereira, Nº 299, Morumbi, em São Paulo/SP, todos com mandato de 23.06.2025 até a assembleia que deliberar a aprovação das contas do exercício findo em 31.03.2026. Os Conselheiros Consultivos serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse a ser lavrado no Livro próprio da Sociedade, que conterá a indicação do domicílio profissional. Os Conselheiros Consultivos ora eleitos declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A declaração de desimpedimento e o termo de posse, serão arquivados na sede social da Cia.; **2)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas, da remuneração global do Conselho Consultivo, em conformidade com documento devidamente aprovado pelos Srs. Acionistas e autenticado pela mesa; **B)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas, do aumento do Capital Social em um montante de R\$ 27.170.384,28, mediante capitalização de Reservas de Lucros, conforme proposta da Diretoria, passando o Capital Social de R\$ 294.010.696,32 para R\$ 321.181.080,60 sem emissão de novas ações e sem alteração na participação societária, mediante a utilização de R\$ 13.170.384,28 da conta de Reserva Legal do exercício findo em 31/03/2025 e de R\$ 14.000.000,00 de parte do saldo da conta Reserva para Complemento do Capital de Giro, dando-se nova redação ao “caput” do art. 7º do Estatuto Social: “Artigo 7º O Capital Social da Cia. é de R\$ 321.181.080,60, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 426.793.119 ações nominativas sem valor nominal, das quais (i) 390.332.886 ações são ordinárias e (ii) 36.460.233 ações são preferenciais”. Não foram modificados e permanecem inalterados os parágrafos 1º e 2º deste artigo; **C)** Aprovação, por unanimidade e sem reservas, da alteração da cláusula 2ª do “Contrato de Licença de Marcas”, firmado com a Faber-Castell AKTIENGESSELLSCHAFT com elevação da alíquota de Royalties de 3% para 3,6% sobre todas as vendas de produtos de fabricação própria e/ou adquiridos de fornecedores “não grupo” comercializados sob Marca “Faber-Castell” e ajustes no prazo de pagamento dos Royalties de “Semestral” para “Mensal”; **D)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas da Consolidação do Estatuto Social conforme Anexo I; **E)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas, do pagamento de um valor de R\$ 2.718.671,28, como gratificação a título de participação nos resultados à diretoria estatutária referente ao exercício findo em 31.03.2025, a qual irá distribuir entre seus membros. **Ordinariamente: A)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas, das contas dos Administradores, do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado, pertinentes ao exercício social findo em 31.03.2025, publicados no jornal Primeira Página, da cidade de São Carlos, em edição do dia 21.05.2025, página C-7 e de forma digital no sítio eletrônico da internet (<https://www.jornalpp.com.br>) do mesmo jornal, no dia 21.05.2025; **B)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas, da seguinte destinação para o lucro líquido do exercício, apurado no montante total de **R\$ 122.698.671,68: 1) R\$ 6.134.933,58** para constituição de Reserva Legal; **2)** Um valor bruto de **R\$ 41.466.568,93**, a título de juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos obrigatórios previstos no art. 38, II do Estatuto Social, a favor das ações ordinárias e preferenciais, em conformidade com o que dispõem as leis 9.249/95 e 9.430/96, deduzidos de **R\$ 6.219.985,35** de Imposto de Renda, pagos aos acionistas em março de 2025; **3)** Um dividendo em favor das ações ordinárias e preferenciais, no montante de **R\$ 28.471.673,93** do lucro líquido do exercício, correspondendo a 8,86% sobre o capital social, a serem pagos até 31.03.2026; **4)** O saldo do Lucro do Exercício, no montante de **R\$ 46.625.495,24** deverá ser transferido para a conta de Reserva para Complemento do Capital de Giro; **C) 1)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas, da eleição dos membros da Diretoria para o mandato de 23.06.2025 a 22.06.2026: Diretor Presidente: Sr. **Marcelo Barreiros de Carvalho Tabacchi**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 14.600.056 SSP/SP e CPF 132.963.078-50; Diretor Administrativo e Financeiro: Sr. **Oliver Pascal Maier**, alemão, casado, Administrador de empresas, portador do RNE V564540-0 (CGPI/DIREX/DPF) e CPF 060.858.407-05; Diretor Industrial: Sr. **Dirceu Luiz Guaglianoni Junior**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, RG 17.788.986 SSP/SP e CPF 138.791.278-08. A Assembleia determinou, desde já, que o Diretor Administrativo e Financeiro substituirá o Diretor Presidente no caso de impossibilidade temporária ou de vaga definitiva deste cargo, sendo que o substituto exercerá tais funções até a eleição do novo Diretor Presidente pela Assembleia que o eleger. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse a ser lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Sociedade, que conterá a indicação do domicílio profissional. Os diretores ora eleitos declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A declaração de desimpedimento e o termo de posse, serão arquivados na sede social da Cia.; **2)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas, da remuneração global e benefícios específicos da Diretoria em conformidade com documento devidamente aprovado pelos Srs. Acionistas e autenticado pela mesa; **D) 1)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas, da eleição dos membros do Conselho Fiscal com mandato de 23.06.2025 até a assembleia que deliberar a aprovação das contas do exercício findo em 31.03.2026: como membros titulares, o Sr. **Kuno Dietmar Frank**, brasileiro, casado, consultor, RG 3.708.466-5 e CPF 064.344.448-34, com domicílio à Rua Alcantarilla, 53, 10º andar, em São Paulo/SP; o Sr. **Axel Erhard Brod**, alemão, divorciado, administrador, portador do RNE W432250-2 e do CPF 787.729.907-91, com domicílio à Rua Sacopã, 852, Bloco 2, Apto. 203, no Rio de Janeiro/RJ; e Sr. **Ricardo Cohen**, brasileiro, casado, administrador, RG 5.203.475-6 e CPF 995.463.888-15, com domicílio à Rua Itacolomi, 379, apto. 101, em São Paulo/SP. Foram eleitos como suplentes dos membros do Conselho Fiscal, o Sr. **Carlos Alberto Novais**, brasileiro, casado, administrador, RG 2.661.726-2 e CPF 025.731.568-34, com domicílio à Alameda Franca, 63, Apto. 71, em São Paulo/SP; o Sr. **Hélio Carlos de Lamare Cox**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 2.402.538 IFP/RJ e CPF 298.152.157-87, com domicílio à Avenida Gastão Senges, 327, Apto. 2005, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ; e o Sr. **Gerd Schroeder**, alemão, casado, empresário, portador do RNE W666451-A e do CPF 027.174.098-15, domiciliado à Rua Senador Vergueiro, 90, Apto. 04, em São Paulo/SP, respectivamente. A Assembleia declarou a instalação do Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de três membros titulares e três suplentes, eleitos e devidamente qualificados, para funcionar com a forma, a competência e as atribuições que lhe conferem os arts. 161 a 165-A da LSA e os arts. 22 a 32 do Estatuto Social da Cia.. Os Srs. Membros do Conselho Fiscal serão empossados mediante assinatura do Termo de Posse a ser lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho Fiscal da Sociedade, que conterá a indicação do domicílio profissional. Os Conselheiros Fiscais ora eleitos declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração de sociedades e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. A declaração de desimpedimento e o termo de posse, serão arquivados na sede social da Cia.; **2)** Aprovação, por unanimidade de votos e sem reservas, da remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal e seus suplentes em conformidade com documento devidamente aprovado pelos Srs. Acionistas e autenticado pela mesa. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão para lavratura em ata única das Assembléias Gerais Extraordinária e Ordinária, seguindo-se as assinaturas dos presentes, após sua leitura e aprovação. São Carlos, 23/06/2025. Presentes: (a) Marcelo Barreiros de Carvalho Tabacchi, Presidente das Assembléias; (a) Marinelson Cavallaro, Secretário. **Acionistas:** (a) Faber-Castell Aktiengesellschaft, pp. Geraldo Lefosse; (a) Helena de Freitas Leitão Gudwin; (a) Hermann Burkhard Tatsch; (a) Peter Jürgen Tatsch; (a) Frauke Dauch; (a) Stefan Dauch; (a) Estela Castellano Schmutzler; (a) Oswaldo Faber; (a) Mauro Faber de Freitas Leitão; (a) Alice Castro de Freitas Leitão; (a) Hermógenes de Freitas Leitão Neto; (a) Helenice Bérqamo de Freitas Leitão; (a) Vera Faber; (a) Flávio Castellano Schmutzler; (a) Cláudio Roberto Soares Schmutzler pp. Fernando Sampataro; (a) Fabiana Magalhães Sampataro; **Auditores Independentes:** Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, (a) Marília Hernandez Campos; **Diretores Presentes:** (a) Oliver Pascal Maier (a) Dirceu Luiz Guaglianoni Junior; **Conselho Fiscal:** (a) Ricardo Cohen e (a) Kuno Dietmar Frank. Declaro que a presente Ata é cópia fiel da original lavrada no Livro de Atas de Assembléias Gerais de Acionistas da sociedade “A.W. Faber-Castell S.A.”. São Carlos, 23/06/2025. Marinelson Cavallaro - Secretário. **Jucesp** nº 225.763/25 em sessão de 15/07/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1º** A A.W. Faber-Castell S.A. (a “Cia.”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **§ Único** A Cia. foi constituída como sociedade por quotas de responsabilidade limitada, em 22.05.1930, por Escritura Pública, sob a denominação de Lapis Johann Faber Ltda., registrada na JUCESP sob o nº 38.287 em sessão de 11.06.1930. Por Escritura Pública lavrada em 19.12.1967, foi transformada em sociedade anônima sob a denominação de Lapis Johann Faber S/A, registrada na JUCESP sob o nº 368.382 em sessão de 03.01.1968. Posteriormente, conforme deliberação das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 11/03/1997, alterou sua denominação social para A.W. Faber-Castell S.A. **Artigo 2º** A Cia. tem por objeto (i) a fabricação, o comércio, a exportação e a importação de lápis, lapiseiras, produtos de colorir para crianças e adultos (giz de cera, pintura a dedo, pastéis e outros), canetas tinteiro, canetas rollerball, esferográficas, hidrográficas, produtos de pré-escola e para desenhos técnicos, apontadores, borrachas, colas, jogos, brinquedos e passatempos educativos, produtos cosméticos, serviços de gráfica e cartongem e outros artigos congêneres para o uso escolar ou em escritórios, bem como atividades conexas e correlatas ou subsidiárias, que direta ou indiretamente se relacionem com o referido objeto social; (ii) o loteamento de áreas de terrenos e a incorporação de imóveis próprios; e (iii) a elaboração, execução, administração, supervisão e exploração de projetos de florestamento, reflorestamento e agrícolas, a exploração de culturas agrícolas em geral, a compra e venda de madeiras e subprodutos de madeira, a compra, venda e/ou arrendamento de áreas florestais ou a florestar, inclusive sob a forma de revenda em condomínio, a compra, venda, importação e exportação de produtos florestais e agrícolas, máquinas e artigos industriais e a compra, venda e produção de sementes e mudas; (iv) agenciamento, representação comercial e a prestação de serviços administrativos, serviços de tecnologia da informação, serviços técnicos industriais, serviços de manutenção e serviços educacionais, inclusive no exterior. **Artigo 3º** A Cia. poderá participar de quaisquer outras sociedades mediante deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 4º** A Cia. poderá, mediante deliberação da Assembleia Geral, abrir, instalar, manter e extinguir fábricas, filiais, agências, sucursais, escritórios, departamentos, congêneres ou depósitos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 5º** A Cia. tem sede e foro na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo à Rua Cel. José Augusto de Oliveira Salles nº 1876, Conj. ADM, Distrito Industrial, CEP 13570-820. **Artigo 6º** O prazo de duração da Cia. é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 7º** O Capital Social da Cia. é de R\$ 321.181.080,60, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 426.793.119 ações nominativas sem valor nominal, das quais (i) 390.332.886 ações são ordinárias e (ii) 36.460.233 ações são preferenciais. **§1º** Cada ação ordinária ou preferencial confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembléias Gerais. **§2º** As ações preferenciais darão direito a um dividendo mínimo prioritário de 8% ao ano, calculado sobre o valor do capital social representado pelas ações preferenciais e nunca inferior ao que for atribuído às ações ordinárias, sendo vedada a distribuição de dividendos em favor das ações ordinárias, antes de cumprido o disposto neste parágrafo. **Capítulo III - Da Assembleia Geral - Artigo 8º** A Assembleia Geral da Cia. se reunirá, ordinariamente, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 9º** A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral na qual comparecerem todos os acionistas. **§ Único** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá

um dos presentes para secretariá-la. **Artigo 10** As deliberações da Assembleia Geral, salvo as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos. **Artigo 11** As seguintes matérias dependem de aprovação da Assembleia Geral para serem aprovadas: (i) a reforma do Estatuto Social; (ii) a aprovação das contas da administração e a distribuição de lucros; (iii) a emissão de debêntures e partes beneficiárias; (iv) a suspensão dos direitos dos acionistas; (v) a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (vi) a incorporação, fusão, cisão, transformação, liquidação ou dissolução da Cia., ou a cessação do estado de liquidação; (vii) a criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes; (viii) a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; (ix) a redução do dividendo obrigatório; (x) a eleição e destituição dos membros da Diretoria, bem como a fixação de suas remunerações; (xi) a eleição e destituição dos membros do Conselho Consultivo, bem como a fixação de suas remunerações; (xii) a eleição e destituição dos membros do Conselho Fiscal, bem como a fixação de suas remunerações; (xiii) o pedido de falência ou recuperação judicial; (xiv) a nomeação e destituição dos liquidantes e a análise de suas contas; (xv) a constituição de subsidiárias, sua dissolução e liquidação; (xvi) a aquisição, a alienação ou a oeração de qualquer participação societária; (xvii) a aquisição, a alienação, o comodato ou a oeração de bens imóveis; **§ Único** A Cia. poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser transformada em outra forma jurídica, especialmente a de sociedade empresária limitada, porém sem prejuízo dos direitos dos titulares de ações preferenciais. **Capítulo IV - Da Administração: Artigo 12** A Cia. será administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo, 03 e no máximo 05 membros, pessoas naturais, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **§1º** Os Diretores ocuparão os cargos de Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Industrial. Os demais Diretores não terão designação específica, podendo recebê-la por ocasião de sua eleição. **§2º** Os Diretores perceberão a remuneração que lhes for fixada pela assembleia Geral. **Artigo 13** A Diretoria é o órgão de gestão e representação da Cia., competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais que não sejam privativos da Assembleia Geral, incluindo, mas não se limitando aos seguintes atos: assinar escrituras, cheques, títulos de crédito, contratos e todos e quaisquer documentos que importem na responsabilidade social, inclusive representar a Cia. perante o Banco do Brasil S/A ou outros estabelecimentos de crédito oficiais nos contratos de mútuo, empréstimos e financiamentos ligados às atividades da Cia., inclusive oferecendo garantias, penhores mercantis e industriais, bem como constituir procuradores ou mandatários “ad-juditia” e procuradores ou mandatários “ad-negotia” para agir em nome da Cia., isoladamente ou em conjunto com qualquer um dos Diretores ou com outro procurador, em conformidade com os poderes a eles outorgados. **§1º** Previamente à prática de quaisquer dos atos descritos no artigo 20 deste Estatuto Social, a Diretoria deverá submeter a respectiva matéria à apreciação do Conselho Consultivo, o qual deverá emitir parecer com aconselhamentos à Diretoria conforme as disposições do Capítulo V deste Estatuto Social. **§2º** A Diretoria não é um órgão colegiado, poderá, contudo, reunir-se, a critério do Diretor Presidente, para tratar de aspectos operacionais. A Diretoria deverá lavrar em livro próprio a ata de suas reuniões. **Artigo 14** O mandato da Diretoria é de 01 ano, sendo permitida a reeleição. Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias a contar das respectivas datas de eleição, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. **§1º** Em caso de vacância definitiva de cargo de Diretor, as suas funções serão exercidas por um membro da Diretoria, de forma cumulativa, até a próxima eleição dos membros da Diretoria pela Assembleia Geral. **§2º** O cargo vago será preenchido observando-se o seguinte: (i) no caso de vacância dos cargos de Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Industrial ou daqueles sem designação específica, o Diretor Presidente assumirá tais cargos e (ii) no caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, o Diretor previamente designado pela Assembleia Geral de Acionistas, quando da eleição anual da Diretoria, assumirá tal cargo. **Artigo 15** A Cia. será representada e somente será considerada validamente obrigada, por ato ou assinatura: (i) de quaisquer dois Diretores em conjunto; (ii) de qualquer Diretor em conjunto com um procurador, em conformidade com os poderes a ele outorgados; ou (iii) de dois procuradores, em conformidade com os poderes a eles outorgados. **§1º** As procurações serão sempre outorgadas por dois Diretores, sendo um deles obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Administrativo e Financeiro. Os instrumentos de procuração deverão especificar os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo superior a 01 ano. **§2º** A concessão de avais, fianças, endossos e outras garantias a favor de terceiros, somente poderão ser efetuadas por 2 Diretores em conjunto. **§3º** São os seguintes os atos que só poderão ser praticados por dois Diretores em conjunto, sendo vedada a participação de procuradores: i) comprar, ceder, alienar, hipotecar ou onerar bens imóveis, observado o disposto no item (xvii) do Artigo 11 deste Estatuto; ii) emitir ações e debêntures e iii) nomear procuradores. **Artigo 16** São expressamente vedados, sendo nulos e sem efeito com relação à Cia., os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social. **Capítulo V - Do Conselho Consultivo: Artigo 17** A Cia. terá um Conselho Consultivo formado de, no mínimo 03 e no máximo 07 membros, pessoas naturais, residentes no país ou no exterior, acionistas ou não. **Artigo 18** Os membros do Conselho Consultivo, pessoas de notório saber e elevada competência em assuntos econômicos, sociais, industriais ou técnicos, serão eleitos pela Assembleia Geral para exercer um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. **§1º** Os membros do Conselho Consultivo escolherão, dentre eles, aquele que exercerá o cargo de Presidente. Nas ausências ou impedimentos do Presidente, este será substituído por um dos demais membros indicados pelo Presidente. **§2º** A Assembleia Geral de Acionistas, que eleger os membros do Conselho Consultivo, fixará seus honorários. **Artigo 19** As reuniões do Conselho Consultivo serão convocadas e presididas pelo Presidente e seus pareceres serão proferidos por maioria de votos. Em caso de empate, caberá ao Presidente o voto de qualidade. **§1º** Para que as reuniões possam se instalar e o Conselho Consultivo emitir parecer válido, será necessária a presença da maioria de seus membros. Nas reuniões será facultada a participação por meio telefônico ou de videoconferência, caso em que o Conselho deverá, no prazo de 7 dias, encaminhar ao Presidente ou Presidente em exercício do Conselho, a confirmação dos seus votos através de carta, fac-símile ou correspondência eletrônica. Ficará dispensada tal providência se o Conselheiro assinar a ata da correspondente reunião no mesmo prazo. **§2º** Igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama, correio eletrônico ou fac-símile, quando recebidos pelo Presidente do Conselho Consultivo ou seu substituto, até o momento da reunião. **§3º** Os pareceres do Conselho Consultivo serão consubstanciados em atas resumidas. **Artigo 20** Compete ao Conselho Consultivo emitir pareceres, aconselhando a Diretoria sobre: (i) a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a terceiros para atos cujo montante exceda o valor de R\$ 5.000.000,00, atualizável segundo a variação do IGP-M ou sucedâneo legal; (ii) os planejamentos plurianuais e/ou anuais relativos a programas de investimento, de produção, de desenvolvimento de produtos, de recursos humanos, de caixa e de resultados; (iii) a concessão ou a obtenção de empréstimos em dinheiro com valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00, exceção feita a adiantamentos a fornecedores; (iv) a celebração de contrato de qualquer natureza cujo valor total seja igual ou superior a R\$ 11.000.00,00, valor este a ser atualizado anualmente pela variação do IGP-M ou sucedâneo legal, excluídos os contratos celebrados com os clientes da Cia. e aqueles previstos no item (iii) anterior; (v) estratégia; (VI) desenvolvimento da Cia.; (VII) orçamento do próximo exercício; e (VIII) constituir e dissolver comitês para análise, avaliação e recomendação de assuntos estratégicos, políticas de recursos humanos, investimentos e outros que se fizerem necessários. **Artigo 21** O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, 02 vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário, na sede da Cia. ou em qualquer outra localidade escolhida, mediante convocação do seu Presidente ou de quaisquer dos conselheiros ou do Diretor Presidente. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio. **§1º** As reuniões serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com pelo menos 30 dias de antecedência, devendo dela constar o local, dia e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia, salvo casos de urgência. **§2º** A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros do Conselho Consultivo ou desde que os mesmos manifestem sua concordância à dispensa daquela formalidade. **§3º** O Presidente do Conselho Consultivo poderá convidar para participar das reuniões do Conselho Consultivo, mas sem direito de voto, qualquer dos membros da Diretoria que não seja membro do Conselho Consultivo e, ainda, qualquer outro executivo da Cia. ou o representante do seu auditor independente ou qualquer terceiro que possa contribuir com opiniões, informações e sugestões que sirvam como subsídios aos pareceres dos membros do Conselho Consultivo. **Capítulo VI Do Conselho Fiscal: Artigo 22** A Cia. terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto de 03 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes e domiciliados no País, sendo um deles Presidente do Conselho Fiscal, todos eleitos pela Assembleia Geral. **§1º** Os membros do Conselho Fiscal escolherão, dentre eles, aquele que exercerá o cargo de Presidente. **§2º** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal, retroagindo desde a respectiva eleição. **§3º** Em caso de ausência, impedimento, renúncia ou falecimento de membro titular, este será substituído pelo respectivo suplente. **Artigo 23** Compete ao Conselho Fiscal desempenhar as funções previstas no artigo 163 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Único** Compete ao Presidente do Conselho Fiscal: (i) convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal; (ii) cumprir e fazer cumprir o Regimento do Conselho Fiscal; (iii) elaborar a pauta e o calendário das reuniões ordinárias do Conselho Fiscal; (iv) indicar secretário para as reuniões do Conselho Fiscal; (v) elaborar as atas de reuniões do Conselho Fiscal, o que poderá ser delegado ao Secretário quando indicado; (vi) representar o Conselho Fiscal perante a administração da Cia.; (vii) comparecer à Assembleia Geral para apresentar os pareceres e representações do Conselho Fiscal e responder aos pedidos de informação e esclarecimentos formulados por acionistas, sem prejuízo da presença e manifestação de qualquer dos demais conselheiros. **Artigo 24** O Conselho Fiscal se reunirá, ordinariamente, em até 60 dias após o encerramento de cada trimestre civil e, extraordinariamente, sempre que necessária a sua deliberação sobre matérias urgentes. **§1º** A convocação das reuniões do Conselho Fiscal será efetuada pelo Presidente do Conselho Fiscal, por iniciativa própria ou atendendo pedido devidamente fundamentado de qualquer conselheiro. Das convocações, enviadas com pelo menos 48 horas de antecedência por carta protocolada, fax, e-mail ou qualquer outro meio cujo recebimento possa ser comprovado, deverá constar as matérias a serem tratadas na reunião. Com, no mínimo, a mesma antecedência deverão ser encaminhados os documentos cujo exame prévio pelos membros do Conselho Fiscal seja necessário ou conveniente. Para os fins do ora previsto, cada um dos membros do Conselho Fiscal, ao ser eleito, deve indicar seu endereço, assim como o número do fax e seu endereço eletrônico (e-mail). **§2º** Em caso de urgência, reconhecida pela maioria dos presentes, poderão ser submetidos à discussão e votação assuntos não incluídos na ordem do dia, ficando dispensada, no caso, a exigência constante do parágrafo 1º deste artigo. **§3º** Fica dispensada a convocação para as reuniões a que comparecerem todos os membros efetivos do Conselho Fiscal. **Artigo 25** As reuniões do Conselho Fiscal serão instaladas quando presentes, no mínimo, a maioria de seus membros efetivos, sendo as deliberações tomadas pela maioria dos Conselheiros presentes. **§1º** É facultado ao Conselheiro ausente votar via fax ou por mensagem eletrônica, desde que o faça no horário da reunião, e confirme seu voto dentro de 5 dias da realização da mesma, através de carta entregue pessoalmente ou enviada pelo correio, com aviso de recebimento. **§2º** O Conselho Fiscal, por intermédio de seu Presidente, enviará cópia de suas recomendações e pareceres ao Presidente do Conselho Consultivo, aos Diretores da Cia. e, quando exigido por lei, para a Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo 26** O Conselho Fiscal reunir-se-á na sede da Cia. ou em outro local, desde que, nesta última hipótese, tenha havido prévia concordância dos membros efetivos em exercício. Em qualquer caso, as reuniões serão realizadas no horário comercial e em dias úteis (de segunda à sexta-feira). **Artigo 27** Das reuniões do Conselho Fiscal serão lavradas atas a serem necessariamente transcritas no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas ao final de cada reunião. O Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal será mantido juntamente com os demais livros societários na sede da Cia.. **Artigo 28** O Conselho Fiscal, por meio de seu Presidente, motivado por pedido escrito e fundamentado de qualquer de seus membros, solicitará à administração e aos auditores independentes da Cia., esclarecimentos ou informações necessárias ao exercício de suas atribuições, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais. **Parágrafo Único** Caso o Conselho Fiscal delibere pela improcedência do pedido de informações, ainda assim o mesmo será encaminhado à administração da Cia., porém acompanhado de extrato da ata da reunião que o houver examinado. **Artigo 29** Os documentos e informações que, colocados à disposição do Conselho Fiscal pela administração da Cia., não hajam sido publicados na forma da lei, serão mantidos em sigilo, visando resguardar os interesses da Cia., de seus acionistas e do mercado, não podendo os mesmos ser divulgados a terceiros, exceto em caso de necessidade de sua apresentação aos auditores independentes. **Artigo 30** O Conselho Fiscal atenderá, sempre por escrito e por meio de seu Presidente, o que lhe for solicitado por acionistas da Cia. com fundamento no parágrafo 6º do artigo 163 da Lei 6.404/76. **Artigo 31** Os casos omissos serão resolvidos em reunião do Conselho Fiscal, que deverá aprovar, por maioria de votos, um regimento próprio e eventuais alterações deste. **Artigo 32** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo VII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados: Artigo 33** O exercício social da Cia. terá início em 1º de abril e término em 31 de março de cada ano. **Artigo 34** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, respeitadas as determinações legais, as seguintes demonstrações financeiras: (i) Balanço Patrimonial; (ii) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; (iii) Demonstração do Resultado do Exercício; e (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa. **Artigo 35** A Cia. poderá levantar balanços semestrais, trimestrais, ou mensais, bem como realizar, mediante aprovação pela Assembleia Geral, o pagamento de dividendos, na menor periodicidade permitida em lei. **§ Único** Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 36** A Cia. poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre o capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. **§ Único** A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 37** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. **Artigo 38** Do lucro líquido verificado, após sua apuração, na forma da lei, serão feitas as seguintes deduções: (i) 5% para o Fundo de Reserva Legal, até esse fundo atingir 20% do capital social; e (ii) 25% a título de dividendo mínimo obrigatório para todas as ações que compõem o capital social integralizado, respeitando o mínimo assegurado às ações preferenciais, observando-se, em quaisquer circunstâncias, o que preceitua o artigo 202 da lei 6.404/76; e desde que aprovado pela Assembleia Geral, (iii) Um montante de até 70%, para constituição de Reserva para Complemento do Capital de Giro, observado o limite do artigo 199 da Lei 6.404/76, a qual terá por finalidade garantir recursos financeiros para as operações da Cia.. **§ Único** O saldo do lucro líquido verificado após as destinações previstas neste artigo poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser capitalizado ou destinado como dividendo. **Capítulo VIII - Da Dissolução e Liquidação de Cia.: Artigo 39** A Cia. entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, a quem compete estabelecer o modo, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação. **Capítulo IX - Das Disposições Gerais: Artigo 40** Os casos omissos e as hipóteses não previstas neste Estatuto regem-se pelas disposições legais vigentes. **Artigo 41** Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos/SP, como competente para dirimir quaisquer disputas oriundas do presente Estatuto Social. **Artigo 42** O presente Estatuto Social consolida todas as alterações aprovadas até a presente data e revoga as disposições estatutárias que não estiverem aqui previstas. **Artigo 43** Os atos praticados até a data de aprovação deste Estatuto Social estão dispensados de serem ratificados pelas novas regras aqui constantes.

A W Faber Castell AGEO Primeira Página DIGITAL pdf

Código do documento 0bb0ff5c-18f2-4239-8098-217a01b67d74



Assinaturas



Jean Cassio Rossi
jean@jornalpp.com.br
Assinou

Jean Cassio Rossi

Eventos do documento

23 Jul 2025, 10:13:04

Documento 0bb0ff5c-18f2-4239-8098-217a01b67d74 **criado** por JEAN CASSIO ROSSI (f52e2e18-19b4-4140-86cd-617b7a8890d4). Email: jean@jornalpp.com.br. - DATE_ATOM: 2025-07-23T10:13:04-03:00

23 Jul 2025, 10:13:32

Assinaturas **iniciadas** por JEAN CASSIO ROSSI (f52e2e18-19b4-4140-86cd-617b7a8890d4). Email: jean@jornalpp.com.br. - DATE_ATOM: 2025-07-23T10:13:32-03:00

23 Jul 2025, 10:13:48

JEAN CASSIO ROSSI **Assinou** (f52e2e18-19b4-4140-86cd-617b7a8890d4) - Email: jean@jornalpp.com.br - IP: 189.7.81.134 (bd075186.virtua.com.br porta: 20714) - **Geolocalização: -22.0135424 -47.890432** - Documento de identificação informado: 260.616.068-18 - DATE_ATOM: 2025-07-23T10:13:48-03:00

Hash do documento original

(SHA256):9c821ef82d6f0db2432aad4b808bdceee12b4743924641c1b71a4f0f888192ae
(SHA512):4d8d08e3181dd7aca68a10336782426fd6065c3046de7c1e8cd5feacc237ebc8b91d99f7fd0e45e1d4d9aebfcf846cfe9823c15177e36fa8f7d9fd9b566e95d4

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.